**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO REFUGIO DE VIDA SILVESTRE BANHADO DOS PACHECOS**

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e dezoito, as nove horas, nas dependências da Sede Administrativa do Refugio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, sito a rua Zeferino Zatta, 1155 Distrito de Águas Claras, no município de Viamão, foi realizada a 14ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo desta unidade de conservação, estando presentes os conselheiros das instituições participantes e demais interessados, conforme lista de presença em anexo. André Osorio, gestor da UC e presidente do Conselho Consultivo, abriu a reunião às 9:30 horas, apresentando a pauta da reunião: aprovação da Ata da 13ª Reunião Ordinária, a renovação do Conselho Consultivo, informes sobre o Plano de Manejo, apresentação do Plano de Monitoramento de Mamíferos da UC, o projeto de Recuperação de Áreas de Preservação Permanentes, do Instituto Etnia Planetária, e assuntos gerais. Sobre a renovação do Conselho, relatou que as instituições Batalhão Ambiental da Brigada Militar, Grupo Maricá e Associação Morro Grande perderam as vagas por excesso de faltas não justificadas, e que, conforme deliberação em plenária, decidiu-se por aumentar o número de instituições para mais duas vagas. Para as substituições, já havia sido indicadas o Corpo de Bombeiros de Viamão, o Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre (COA-POA) e o Grupo de Mulheres da Terra, vinculado ao Assentamento Filhos de Sepé. Tendo em vistas tais substituições, André informou que houve a abertura de processo administrativo para abertura de aviso público, bem como para alteração do Regimento Interno do Conselho, visando o aumento do número de vagas. Serão abertos dois avisos públicos, para substituição de vagas e para alteração da composição. Já encaminhado para a SEMA, o processo ainda não teve andamento. Alexandre Krob, do Instituto Curicaca, disse que a gestão da SEMA vem tentando enfraquecer esses fóruns, e desse modo, o presente contexto deixa a situação frágil. Disse também que deve haver atenção em relação às substituições das vagas, alegando que, a exemplo do Instituto Curicaca, o Grupo Maricá também é uma instituição ambientalista. Sendo assim, o COA-POA não substitui a vaga do mesmo setor, o que deve ser levado em consideração. Adilson Ferrari, da Associação Águas Claras, pergunta sobre os critérios de representação do mesmo setor. Paola Stumpf, da DUC/SEMA, responde que tais critérios são estabelecidos na ocasião de abertura do aviso público. Quanto à abertura de aviso público para renovação do Conselho, os conselheiros se colocaram à disposição para auxiliar na divulgação. Ainda em relação a representatividade das instituições conselheiras, André Osorio também comenta sobre a falta de comparecimento da FZB nas últimas reuniões. Glayson Bencke, pesquisador da FZB, participando nesta ocasião como equipe técnica colaboradora na elaboração do Plano de Manejo da UC, diz que talvez seja retomada a representação técnica nos Conselhos das Unidades de Conservação. Com relação aos informes do Plano de Manejo, André Osorio apresentou a situação atual do processo conforme seu Marco Lógico. Relatou a situação das contratações prevista, referentes aos serviços técnicos especializados imprescindíveis à elaboração do Plano: geoprocessamento, levantamento aerofotogramétrico e análise da quantidade e da qualidade da água. Relatou que não houve sucesso nas tratativas de convênio previsto para contratação desses serviços, durante todo o ano de 2017, e assim, foram captados recursos oriundo de Medida Compensatória da empresa FRAPOT, para que os mesmo serviços possa ser disponibilizados a parti deste ano. Demétrio Guadagnin, representante da UFRGS, salientou ser importante quanto à contratação de serviços referentes ao monitoramento dos recursos hídricos, estabelecer um parâmetro de referência, tendo em vista a comparação dos parâmetros em períodos anterior e posterior à instalação de futuros empreendimentos na região, visando a avaliação dos eventuais impactos nas áreas de influência internas e externas das UC. Alexandre Krob relatou que existem estudos da METROPLAN para a Bacia do Rio Gravataí que podem fornecer informações importantes em termos de dinâmica hídrica. Informou também que o Instituto Curicaca realizou análise hídrica na área da antiga fazendo, hoje Assentamento Filhos de Sepé, utilizando-se de pesômetros, e que estes ainda existem na área, os quais são de responsabilidade do INCRA e usuários da terra, para monitoramento de poços artesianos. Adilson Ferrari comenta que as jazidas de mineração de areia existentes na região são obrigadas a realizar este tipo de monitoramento das águas. Alexandre Krob diz o entendimento dos processos que comprometem a qualidade e quantidade de água a montante do Refúgio, bem como o papel da UC no regime hidrológico, devem ser questões importantes a serem consideradas no estudo hidrológico. Demétrio também destacou como questão importante, o entendimento de como os usuários da micro bacia interferem no regime de águas do Refúgio de Vida Silvestre, sugerindo uma análise de recarga e descarga como prerrogativa da previsão de usos. Glayson Bencke fala que o Plano de manejo da APA do Banhado Grande é um fato novo que interfere no processo de elaboração do Plano do Refúgio, considerando que devido à cobrança judicial o processo está sendo acelerado. Diz que é importante os Planos de Manejo destas duas unidades andem juntos, e quanto ao Plano do Refúgio, comenta que uma possibilidade seria elaborar o documento até a fase de estratégias, considerando as informações existes, para depois especificar os programas, não abrindo mão das contratações de serviços específicos. Alexandre Krob comentou que o Instituto Curicaca participou de reunião junto ao Ministério Público Estadual, na qual lhes foi apresentada uma ATA com prazo de 30 de novembro de 2018 para entrega dos Planos de manejo de ambas UCs. André Osorio apresentou na plenária um novo cronograma para conclusão do Plano de Manejo do Refúgio o qual já havia sido encaminhado para o MPE, como informações do andamento de sua elaboração. Paola salienta que o cronograma apresentado contempla o planejamento vigente. Alexandre Krob ressalta que embora os Planos de manejo das duas UCs devam estar de alguma forma integrados, os dois processos são bastante diferentes e cada UC está dentro de seu contexto específico, sendo que o Refúgio de Vida Silvestre não está no mesmo cenário da APA do Banhado Grande e sendo assim, não merece ter o seu processo de elaboração do plano acelerado. Jan Karel, pesquisador da FZB, destaca que as equipes responsáveis pelos dois processos de planos de manejos já vem trabalhando de forma integrada. André apresenta o resultado compilado da etapa de análises. Paola destaca que esse resultado corresponde aos desafios do Marco Lógico, sendo que o uso público aparece muito vinculado a ações de educação ambiental. Com relação aos resultados das estratégias apresentadas no âmbito do Plano de manejo, Alexandre Krob comenta que os conselheiros não receberam essa informação e considerando ser este um momento importante no processo de elaboração, deveria ser realizada uma análise em conjunto. Comentou ainda que a questão do uso público é resultado de uma interpretação dos resultado pela equipe de elaboração, e que embora possa estar correta, pode ter sido diminuída devido ao método de análise dos alvos. Glayson sugere que seja realizada como prioridade uma oficina de uso e após, uma outra oficina específica para tratar das estratégias. Alexandre Krob sugere que seja aprovado pelo conselho consultivo do Refúgio de Vida Silvestre, o novo cronograma proposto pela equipe de elaboração do Plano de Manejo da UC. Paola faz um relato sobre a Força Tarefa instituída para a elaboração do Plano de Manejo da APA do Banhado Grande, salientando que na sua percepção, está sendo debatido no âmbito da gestão o papel do Plano e o que está sendo exigido são as orientações para licenciamento. Demétrio diz que o Plano de Manejo tem um caráter jurídico, e assim sendo, havendo a possibilidade de planos subsidiários, concorda quanto à elaboração de um plano mais enxuto, e estratégico. Andrise Lima, chefe da DUC/SEMA, comenta que os planos de manejo são falhos, quando estes não apresentam as diretrizes para licenciamento ambiental, exemplificando que a APA do Banhado Grande não tem esses elementos para análise. Alexandre Krob argumenta que as diretrizes do Plano de Manejo embora possam ser gerais, não podem ser genéricas, devendo estar espacializadas. Fala que o trabalho se torna eficiente caso as diretrizes estejam claramente vinculadas às ameaças. Desse modo, o licenciador consegue fazer a análise. Ressalta que o que não se pode esperar de uma Plano de Manejo é que este forneça um “checklist” para licenciamento. No seu entendimento, o licenciador tem que fazer o seu trabalho. Glayson reforça que o Plano de Manejo é outra escala, não podendo se esperar que ele contemple as especificidades do licenciamento. Demétrio concorda com as considerações de Alexandre e Glayson, destacando que haja cuidado na integração dos dados entre os Planos de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre e APA do Banhado Grande. Por fim, com relação ao Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre, deram-se os seguintes encaminhamentos em planária: aprovação do novo cronograma do Plano de manejo proposto pela equipe de elaboração, realização de oficina específica do uso público, com data a ser definida por e-mail com os conselheiros, e realização de oficina específica para análise das estratégias. Passando para a próxima pauta da reunião, André apresentou a proposta de Plano de Monitoramento de Mamíferos de Médio e Grande Porte na área do Refúgio de Vida Silvestre. Relatou sobre a aquisição de um conjunto de armadilhas fotográficas para a UC, que permitirá ampliar o monitoramento de fauna de mamíferos na unidade, incluindo espécies de interesse especial de conservação e, sobretudo, o cervo-do-pantanal. Relatou para os conselheiros, os objetivos, a metodologia e os resultados esperados com a realização do monitoramento, que deverá ser conduzido nesse momento, exclusivamente dentro dos limites da Unidade de Conservação. Como última pauta da reunião, foi apresentado por representantes do Instituto Etnia Planetária, o Projeto de Recuperação de Hidroflorestal da Bacia do Rio Gravataí. Sciele, a representante do Instituto responsável pelo relato na reunião, informou que a SEMA entrou como parceira na elaboração da proposta, sendo o Refúgio de Vida Silvestre uma das áreas propostas. Na área do Refúgio, a proposta é a recuperação da área contígua a Barragem do Saibro, conhecida como Saibreira. Segundo a Etnia Planetária, o trabalho está na fase de identificação dos beneficiários, buscando apoio para identificação dos proprietários de terras que possa integrar-se ao projeto. O objetivo final do projeto é estabelecer arranjos visando o pagamento de serviços ambientais. Marcos, coordenador do projeto, destacou a importância da recuperação da área da Saibreira, no Refúgio de Vida Silvestre. No entanto, destacou que o trabalho de recuperação da área extrapola as exigências do edital e, assim sendo, está sendo buscada outra fonte de recurso, para que seja feito esse esforço extra no âmbito do projeto. Jan Karel solicitou aos representantes da Etnia Planetária a apresentação do projeto para a equipe da Força Tarefa do Plano de manejo da APA do Banhado Grande. Letícia, Técnica Ambiental da APABG, perguntou sobre a localização do viveiro de mudas. Marcos respondeu que o viveiro será localizado na Escola Canadá, em Viamão, e que a estrutura que será a central de distribuição de mudas ainda depende de definição do local. Alexandre pergunta quantas áreas foram estabelecida para recuperação, na área do Refúgio. Sciele respondeu que foi estabelecida somente a área da Saibreira, a qual já envolve ações bastante complexas para recuperação. Alexandre pergunta como será resolvida a questão dos recursos necessários à recuperação da Saibreira. Conforme Marcos, o recurso poderá vir através de Termo de Ajustamento de Conduta, ou outra forma. Caso não haja tais possibilidades, a atividade será remanejada. Alexandre complementa que o tema poderá ser pautado dentro do planejamento do uso público, considerando sua interface, e que o acesso ao recurso deve ser discutido com o Conselho, tendo em vista que UC possui suas prioridades. Na pauta referente aos assuntos gerais, uma participante apresenta-se, informando que está formalizando uma ONG, que levará o nome de Biguá, cujos representantes concentram-se na localidade de Águas Claras, Viamão. A proposta é que ONG tenha atuação nos níveis municipal, estadual e federal, com certificação. Possui interesse na questão do voluntariado, podem trazer auxílio ao Refúgio de Vida Silvestre. Por fim, a ONG mostra interesse no espaço do Conselho Consultivo da UC. Andrise informou que que já existe uma minuta pronta do programa de voluntariado para as Unidades de Conservação da SEMA, e foi estabelecido um Grupo de Trabalho para finalizar o documento. Após a finalização, serão abertos os editais. Glayson informa que o COA-POA também encontra-se em fase de formalização como instituição reconhecida, e pergunta ficaria sua situação como entidade na composição do Conselho. André responde que a ONG Biguá poderá substituir o Grupo Maricá, considerando ambas tratar-se do setor ambientalista, no aviso público para substituição das vagas, sendo que o COA-POA poderá entrar através do aumento das vagas, na ocasião do aviso público referente à alteração do regime interno. Andrise informa que existe um processo aberto para substituição das vagas e alteração do regimento interno do Conselho na secretaria e que o mesmo está com a Secretária Adjunta da SEMA. O Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião. Sem mais nada a declarar, encerra-se a presente Ata.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

José Paulo Ribeiro

Secretário Executivo do Conselho Consultivo

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

André Osorio Rosa

Presidente do Conselho Consultivo